

Perseguições religiosas e o ensino de história: por uma educação para o diálogo

Religious persecution and the teaching of history: towards an education for dialogue

Renan Santos Mattos¹

Universidade Federal de Santa Maria

renansnatos@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre o uso de fontes da imprensa escrita no processo de ensino de história a partir da temática da perseguição religiosa. Em diálogo com a proposta de educação histórica de Jörn Rüssen e Peter Lee, evidencia-se o tratamento das notícias que versam sobre a temática da perseguição de certas vertentes religiosas na cidade de Santa Maria-RS, no contexto da década de 1930. Para isso, em diálogo com estudos sobre a cultura religiosa brasileira, trazemos a discussão sobre a laicidade brasileira e o espaço ocupado por certas denominações religiosas no espaço público. E, por fim, conclui-se, com base em duas notícias do Jornal Diário de Interior de Santa Maria-RS, sobre a possibilidade de debate sobre as tensões e disputas religiosas na cultura religiosa brasileira, com o intuito de reafirmar o ensino de história voltado para a defesa dos valores democráticos.

Palavras-chave: Ensino de História; Fontes Históricas; Perseguições Religiosas.

Abstract: This article aims to reflect on the use of sources from the written press in the process of teaching history from the theme of religious persecution. In dialogue with the proposal of historical education by Jörn Rüssen and Peter Lee, the treatment of news that deal with the theme of the persecution of certain religious trends in the city of Santa Maria-RS in the context of the 1930s is evidenced. In dialogue with studies on Brazilian religious culture, we discuss Brazilian secularism and the space occupied by certain religious denominations in public space. And, finally, it is concluded, based on two news from the Jornal Diário do Interior of Santa Maria-RS, about the possibility of debate about the tensions and religious disputes in the Brazilian religious culture in order to reaffirm the teaching of history aimed at for the defense of democratic values.

¹ Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

Keywords: History teaching; Historical sources; Religious Persecutions.

Introdução

Recorrentes são as apreciações sobre a ampliação dos estudos acadêmicos a respeito da história das religiões e religiosidades, sobretudo, com a defesa de teses e dissertações nos Programas de Pós-graduação em história, bem como a organização de encontros acadêmicos do Grupo de Trabalho de História das Religiões e Religiosidades da Associação Nacional de História (ANPUH) e da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) (AMORIM, 2017). Porém, instiga-nos o incômodo que o tema das religiões e religiosidades gera na sala de aula, já que tornam evidentes tanto as diferenças de convicções e identidades quanto o fato de o currículo escolar silenciar sobre a história das religiões e religiosidades.

Este artigo tem por intuito refletir sobre o uso de fontes da imprensa em sala de aula, tendo como problemática a temática das religiões mediúnicas², no cenário de 1930, e seus ditames sobre a religião no Brasil. Diante desse quadro, buscamos indicar pistas para o ensino de história a respeito dos grupos religiosos e as disputas religiosas decorrentes da implantação do regime republicano em 1889.

A partir disso, a escola revela-se como um espaço privilegiado para a formação de sujeitos críticos, ou seja, coloca-se como potência para o debate, para a tensão e para o encontro com as diferenças, com o intuito de construção de uma sociedade mais igualitária, justa e plural. Por isso, a temática de ensino sobre as religiões e religiosidades afirma-se no sentido de temática de estudo. Eliane Moura Silva (2005) delimita conceito de religião como uma construção histórica, ao mesmo tempo em que a temática religiosa, em sala de aula, impõe-se no sentido de conhecer as diferentes manifestações religiosas no passado e no presente. Além disso, a autora destaca a importância de “uma sensibilização e a diferenciação a respeito da catequese e um estudo sobre as religiões” (SILVA, 2005, p. 213).

Diante da amplitude das questões religiosas no Brasil³, o presente texto reflete sobre o tratamento de notícias veiculadas no Jornal Diário do Interior, em circulação na cidade de Santa Maria-RS. Seguimos o conceito de religião, de acordo com Clifford Geertz, como

um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de factualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GEERTZ, 2008, p. 67).

² O termo religiões mediúnicas pode ser entendido ao conjunto de práticas que, conforme Artur Isaia (2005, p. 599) acreditam “na reencarnação e no contato entre vivos e mortos, recorrem a um intermediário entre ambos, o médium, julgado capaz de emprestar seu corpo para que os espíritos manifestem-se”. Situamos ainda o amplo quadro de práticas de culto aos orixás que designam as chamadas religiões afro-brasileiras e crenças nos espíritos. Esse quadro dimensiona a complexidade e as lutas identitárias de diferentes grupos que compõem a cultura religiosa brasileira. Para mais informações ver ISAIA (2009); SPERONI (2018), LEISTNER (2011).

³ Em relação às mudanças históricas do campo religioso brasileiro, destacamos a perda de hegemonia católica e a emergência de outras denominações religiosas. Para mais informações ver ISAIA (2009)

Além disso, no âmbito das diferentes vertentes religiosas, escolhemos a temática das religiões mediúnicas (espiritismo e umbanda) e seu esforço de diferenciação na lógica de relação com o Estado republicano brasileiro. O recorte de análise decorre do processo de construção da identidade de Santa Maria-RS como cidade católica, bem como a temática das fontes selecionadas orientam para a reflexão da perseguição de certos grupos religiosos no ensino de história.

Diante disso, inicialmente, discutimos a noção de educação histórica, posteriormente, trazemos a discussão sobre a laicidade brasileira e o espaço ocupado por certas denominações religiosas e, por fim, apontamos as possibilidades de reflexão, no ensino de história, a partir de duas notícias do Jornal Diário do Interior de Santa Maria-RS, no contexto da década de 1930, que acenam para a reflexão sobre as tensões e disputas religiosas na cultura religiosa brasileira.

A construção do saber escolar e as fontes históricas na sala de aula.

A educação histórica vem ao encontro do debate instigante acerca da apropriação do passado e suas indagações com o tempo presente⁴. Logo, como imperativo de uma preocupação epistemológica acerca do fazer dos historiadores e das historiadoras acena também para outra compreensão de ensino e aprendizagem histórica. A abordagem tem por ênfase a construção do pensamento dos (as) estudantes, referenciando questões epistemológicas do conhecimento histórico. Nesse aspecto, conceitos como fontes, evidência, consciência histórica e narrativa histórica sustentam a ideia da aprendizagem histórica (CAINELLI; SCHMIDT, 2012), o que presume problematizar como ocorre o processo de produção de narrativas históricas pelos (as) estudantes na aula de história.

O espaço escolar se traduz na prática de construção de saberes bem como de estratégias que se voltam à construção do pensamento autônomo e histórico. Recorremos à noção de consciência histórica, pois permite questionar como os seres humanos estabelecem sentidos com o passado, o presente e o futuro. Desse modo, Rüsen destaca a relação entre consciência histórica e orientação para a vida, pois

a consciência histórica serve como um elemento de orientação chave, dando à vida prática um marco e uma matriz temporais, uma concepção do "curso do tempo" que flui através dos assuntos mundanos da vida diária. Essa concepção funciona como um elemento nas intenções que guiam a atividade humana, "nosso curso de ação". A consciência histórica evoca o passado como um espelho da experiência na qual se reflete a vida presente, e suas características temporais são, do mesmo modo, reveladas. (RÜSEN, 2010, p. 56).

⁴Lucília Delgado e Marieta Moraes (2013) destacam que a principal característica da história do tempo presente envolve a proximidade dos historiadores em relação aos acontecimentos. Para mais informações ver: Monteiro (2015). Delgado e Moraes (2013).

Nesse contexto, ensinar história implica desenvolver habilidades históricas a fim de interpretar o mundo, na articulação entre passado, presente e futuro. Peter Lee assinala a perspectiva literacia histórica ou alfabetização histórica como “o desenvolvimento de uma consciência histórica, de uma postura crítica que o faça intervir na realidade” (LEE, 2006, p. 135). A Educação Histórica, portanto, situa a literacia histórica como competências de experiência, interpretação e orientação em relação aos sentidos do passado como forma de estabelecer relações de alteridade entre passado e presente.

As fontes históricas no ensino de história, em virtude de sua ampliação conceitual e do questionamento sobre o status de verdade, convergem para a noção de matéria prima do conhecimento histórico e exigem metodologias e concepções para seu tratamento no contexto de sala de aula. Fernando Seffner e Nilton Mullet situam que a mobilização das fontes históricas em sala de aula passou a significar novas temáticas, pois

a revolução documental dobrou o olhar da disciplina História para aspectos da vida social, antes distantes do olhar dos historiadores, e apenas abordados por determinadas ciências como a Antropologia e a Etnologia. O imaginário, as mentalidades, o cotidiano, a vida privada, sensibilidades passam a fazer parte do universo da História (SEFFNER, MULLET, 2008, p. 115).

Assim, a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental⁵ (BNCC) preconizou as possibilidades das fontes históricas no desenvolvimento do pensamento histórico. A BNCC reconheceu à formação dos estudantes e das estudantes imbricados na problematização da epistemologia histórica:

espera-se que o conhecimento histórico seja tratado como uma forma de pensar, entre várias; uma forma de indagar sobre as coisas do passado e do presente, de construir explicações, desvendar significados, compor e decompor interpretações, em movimento contínuo ao longo do tempo e do espaço. Enfim, trata-se de transformar a história em ferramenta a serviço de um discernimento maior sobre as experiências humanas e as sociedades em que se vive. Retornando ao ambiente escolar, a BNCC pretende estimular ações nas quais professores e alunos sejam sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. (BRASIL, 2018, p. 401).

A perspectiva do pensamento histórico sobre as questões religiosas da sociedade brasileira dialogam, ainda, com a problemática do ensino religioso como componente curricular. O Ensino religioso como disciplina das instituições de ensino foi regulamentado pelo decreto 19.941, de 1931, tornando facultativo nas diferentes instituições. Desde lá, presenciamos debates tanto para a permanência como componente

⁵ A Base Nacional Comum Curricular tem por intuito sistematizar um currículo comum em território nacional. Em suas três versões gerou debates instigantes e contraditórios sobre os objetos e as delimitações do ensino de História, sobretudo, no quesito do sentido do passado e o que ensinar. Consideramos oportuna a sua inclusão no texto por indicar as atuais políticas e diretrizes do ensino.

curricular quanto à efetiva consolidação da diversidade religiosa brasileira na abordagem da disciplina na educação básica.

Desse modo, a BNCC define o ensino religioso como uma área de conhecimento. Dessa maneira, o documento busca atender à diversidade brasileira e à formação de uma sociedade plural, uma vez que

[...] O Ensino Religioso busca construir, por meio do estudo dos conhecimentos religiosos e das filosofias de vida, atitudes de reconhecimento e respeito às alteridades. Trata-se de um espaço de aprendizagens, experiências pedagógicas, intercâmbios e diálogos permanentes, que visam o acolhimento das identidades culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz. Tais finalidades se articulam aos elementos da formação integral dos estudantes, na medida em que fomentam a aprendizagem da convivência democrática e cidadã, princípio básico à vida em sociedade. (BRASIL, 2018, p. 436-437)

Não pretendemos analisar a proposta curricular da BNCC e o contexto de disputas em torno de sua construção, porém, entendemos que o documento prescreve uma perspectiva da cultura escolar brasileira a respeito do uso das fontes em sala de aula, como forma de rompimento de método memorialístico e tradicional. Nesse sentido, situamos que a presença de fontes históricas, como método de ensino, não tem por propósito a formação de um mini-historiador (CAIMI, 2008), já que se compõe do fazer pedagógico. Portanto, trata-se de um saber construído no espaço escolar.

Ana Maria Monteiro (2015) dimensiona o ensino de história como um gênero de fronteira no e do tempo presente, nos quais docentes e estudantes são sujeitos autores de conhecimentos e saberes escolares. O instigante é como a historiadora define o saber escolar como decorrente da tensão entre o conhecimento histórico acadêmico, matéria prima da aula de história e do fazer docente, e as especificidades dos contextos educativos que ressignificam os saberes históricos, considerando as características culturais, políticas e sociais dos sujeitos do processo pedagógico.

Dessas considerações, enfatizamos que a presença das fontes históricas da imprensa implica dimensionar a tensão “entre historiografia e dinâmica cultural na produção de sentidos no ensino” (MONTEIRO, 2015, p. 17) na compreensão sobre as narrativas em emergência nos contextos educativos. Ao pensar a partir da Michel de Certeau e Fernando Penna (2013), a operação historiográfica no ensino de história sobre a perseguição religiosa coloca-se no sentido de despertar problematizações, já que privilegia o encontro com outras vivências, outras narrativas e “sujeitos” históricos. Como destaca Penna, o saber histórico escolar tem como referência o lugar social, na fronteira entre o conhecimento científico e o espaço escolar, a interação entre professor-estudante e a construção de saberes, já que o mesmo “ajudará compreender a dimensão histórica do mundo a sua volta e a orientar as suas ações” (PENNA, 2013, p. 221-223).

Segundo Circe Bittencourt (2009, p. 330), os documentos históricos possibilitam uma variedade de abordagens. Por isso, um documento pode ser ilustração do conteúdo abordado, ou para reforçar uma ideia,

ou ainda “para introduzir o tema de estudo, assumindo neste caso a condição de situação-problema, para que o aluno identifique o objeto de estudo ou o tema histórico a ser pesquisado”. (BITTENCOURT, 2009, p. 330)

Bittencourt (2009, p. 332) sistematiza uma série de orientações para o tratamento do documento histórico no espaço escolar. Assim, como ponto inicial, a autora sugere três pontos de sistematização: o primeiro corresponde a pensar o significado e o conceito de documento; o segundo passo busca a desmontagem da fonte e para quem foi destinado; o terceiro envolve pensar o documento enquanto objeto, assinalando as informações contidas nele. A autora igualmente justifica o investimento dos documentos históricos como método de ensino para fins de desenvolvimento do pensamento histórico.

Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2009, p. 117) contribuem metodologicamente no debate sobre as fontes no espaço escolar, cujo objetivo é proporcionar “o diálogo entre o passado e o presente, tendo como referência o conteúdo histórico a ser ensinado”. Assim, as autoras enfatizam uma sequência didática de forma a trazer uma abordagem renovada do documento histórico no espaço escolar. O primeiro momento corresponderia a “identificação do documento”, passando para a desmontagem das informações presentes. Esse momento envolve trazer indagações sobre a origem (arquivo público, disponível da internet), a classificação (fonte primárias ou secundárias, documento oficial, imagético, escrito, religioso, administrativo, literário, etc), a autoria, a datação e culmina com contextualização e sistematização das informações centrais do documento de forma escrita (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 120-121).

Assim, a escrita da história no ensino de história aparece como sintomática ao despertar as questões de articulação entre o passado e o presente. Obviamente o trabalho docente é tomado de posicionamentos, pois “a escrita da história sobre esses passados e seu ensino não são ações desinteressadas, mas voltadas ao futuro – um futuro de tolerância, de reconciliação com a justiça e com os direitos” (PEREIRA; SEFFNER, 2018, p. 17). Logo, ao escolhermos trabalhar com o processo de discussão sobre a abordagem de perseguição ao conjunto de denominações religiosas, debruçamo-nos a refletir sobre uma possível abordagem a respeito das religiões não-hegemônicas, tendo como recorte notícias do Jornal Diário do Interior, quando mobilizam categorias como “feiticeiros”, “macumbeiros” e “bataqueiros”.

Laicidade brasileira e o ensino de história: algumas considerações sobre o debate.

O espaço escolar evoca materialidade, sentidos e territorialidades, pois, segundo Viñao-Frago (2001) “é algo físico, material, mas também uma construção cultural” (VIÑAO-FRAGO, 2001, p.77). Nesse sentido, o território escolar impõe analisar relações de poderes enquanto regimes de verdade e rituais que dimensionam formas de estabelecer sentidos e formas de estar no mundo. Portanto, o espaço escolar englobaria rotina, práticas de ensino em articulação com a cultura escolar e seus jogos de exclusão.

Dominique Julia aponta a importância da análise histórica do processo de escolarização com base na noção de cultura escolar. Nesse sentido, define a cultura escolar

como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p. 10-11).

Fernando Seffner e Carmem Gil (2016, p. 186) colaboram, também, ao definir a cultura escolar como “um conjunto de rituais específicos da vida escolar, no mobiliário e na distribuição arquitetônica das construções, no linguajar que é tido como pedagogicamente adequado para este espaço”. Dessa maneira, os autores destacam o conjunto de dispositivos, historicamente construídos que reconhecemos como escola. O conceito ganha significado, pois permite “examinar normas, finalidades escolares da educação escolar em uma sociedade, pensar os meios e modos da profissionalização docente, observar o que se ensina, como se ensina, e de que modo se dá a seleção dos conteúdos” (GIL; SEFFNER, 2016, p. 186).

A implantação do regime republicano representou o processo de ruptura entre a Igreja Católica e o Estado. Logo o catolicismo viu seu monopólio ameaçado com o rompimento do regime de padroado. Nesse sentido, de acordo com Flamarion Laba da Costa, o Estado deveria ser impregnado do espírito liberal, garantindo leis e normas que assegurem todas as formas as liberdades dos seus habitantes, criando uma sociedade laica (COSTA, 2001, p. 62).

O processo de laicização/secularização também representou a ampliação da oferta religiosa. Segundo Emerson Giumbelli (2008), a república não só delimitou as relações entre Estado e a Igreja Católica, como também estabeleceu ensino leigo, os registros civis, do casamento civil e a secularização dos cemitérios. Sendo assim, os princípios da liberdade religiosa e da igualdade dos grupos confessionais configuraram tanto cenários do pluralismo, quanto discussões sobre símbolos religiosos e a presença do ensino religioso na educação brasileira.

Diante do processo de “ampliação” do campo religioso, portanto, percebe-se, a partir da década de 1920, a atuação dos padres católicos, com o objetivo de delimitar a Igreja Católica enquanto força simbólica de referência da nação. Flamarion da Costa (2001) enfatiza o projeto político da Igreja católica, a partir da década de 20, do século XX, no contexto do chamado Renascimento Católico ou de Restauração Católica, com a finalidade de expansão da presença católica na sociedade brasileira.

Por outro lado, a discussão sobre laicidade e pluralismo religioso implica pensar a violência repressiva a certas denominações, sobretudo, as religiões de matriz africana e o espiritismo. Paula Montero (2009) destaca as dificuldades da República brasileira em estabelecer o que era “religião”, com direito a proteção legal, daquilo que era “magia”, prática antissocial e anômica, assim,

durante meio século práticas de cura, danças, tambores, reuniões de possessão, sacrifícios de animais enfrentaram a ordem repressiva do Estado, ora porque desafiavam a moralidade pública, ora porque perturbavam o sossego das famílias, ora porque levavam à histeria e outras doenças, ora porque eram simples expressão de incivilidade e “barbárie”. Ao mesmo

tempo, no mesmo período e por diversas razões que não cabe aqui retomar, médicos, advogados, intelectuais e líderes de toda sorte tentavam demonstrar que essas práticas não representavam uma ameaça à ordem e à saúde pública porque, na verdade, deviam ser entendidas como práticas religiosas. (MONTERO, 2009, p. 12-13)

Essa apresentação dos dilemas da questão religiosa, na cultura brasileira, permite problematizar a recorrente abordagem sobre a Constituição de 1891, o Estado laico brasileiro e a perspectiva de modernização conservadora que norteou as elites políticas republicanas brasileiras e gaúchas. O campo religioso brasileiro e gaúcho tem se caracterizado pela ampliação e pelo decréscimo da hegemonia católica. Segundo censo de 2010, 68, 5% dos gaúchos definem-se como católicos, e os evangélicos aparecem como 18,2% da população. Em terceiro lugar, no estado, aparecem os sem religião, com 5,9%. Espíritas são 3,2% e 1,5% são praticantes de umbanda ou Batuque (G1, 2012).

O município de Santa Maria foi fundado em 1858, na região central do Estado do Rio Grande do Sul, destaca-se pela atividade comercial, por ser um polo universitário e abrigar um amplo contingente de instituições militares. Além disso, no plano religioso, ressalta-se o catolicismo e os valores cristãos como proeminentes na cultura da cidade. Nesse sentido, como indícios da conquista católica, citamos os feriados municipais da Nossa Senhora da Conceição, a devoção e a Romaria da Nossa Senhora Medianeira.

Segundo Marta Borin (2010), as tensões e a diversidade religiosa seriam marcas do campo religioso santa-mariense. O censo de 2010, segundo o IBGE, destaca o catolicismo, os evangélicos e espíritas como grupos dominantes da cidade de Santa Maria. Por outro lado, ao problematizarmos a questão da perseguição do espiritismo e das religiões de matriz africana, adentramos sobre a constituição e as marcas identitárias das religiões afro-gaúchas e espíritas.

O termo religiões afro-gaúchas, segundo Pedro Ari Oro, associa-se a uma complexa rede de diferentes denominações religiosas, com destaque para o Batuque, a Quimbanda e a Umbanda”. Ari Pedro Oro sistematiza as religiões afro-gaúchas nos seguintes termos:

A Linha Cruzada, ou Quimbanda, constitui uma das expressões que compõem o complexo afro-religioso gaúcho, ao lado do Batuque e da Umbanda. Ela se caracteriza, fundamentalmente, pelo culto às entidades tipificadas como Exus e Pombagiras. Já o Batuque representa a face mais africana do complexo, pois a língua litúrgica é a nagô, os símbolos utilizados são aqueles dos antepassados, as entidades veneradas são os orixás e há uma identificação às “nações” africanas. Enfim, a Umbanda, tal como no resto do país, representa o lado mais “brasileiro” das três modalidades afro-religiosas, pois consiste num importante sincretismo que agrega em seu repertório simbólico elementos do catolicismo popular, do espiritismo kardecista e das religiosidades indígenas e africanas. Seus rituais são celebrados em língua portuguesa e as entidades veneradas são, sobretudo, os “caboclos” (índios), os “pretos-velhos” e os “ibejis” (crianças), além das “falanges” africanas (ORO, 2012, p. 557).

O Rio Grande do Sul, segundo o mesmo censo de 2010, apresenta o maior percentual de declarações de adeptos de religiões afro-brasileiras e de matrizes africanas. Em Santa Maria, os dados encontram-se dispersos quanto à história das religiões de matriz africana na cidade de Santa Maria (G1, 2012). O censo de 2010 revelou que cerca de 0,04% da população santa-mariense declara-se como adepto das religiões de matriz africana. Por outro lado, a cidade possui dois órgãos representativos das religiões de Matriz Africana, a União santa-mariense de Umbanda e dos Cultos Afro- Brasileiros, Liga Espiritualista de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros (LEUCAB), com o objetivo de sistematizar as ações do campo afro-brasileiro no município.

Entre as conquistas podemos citar a Comenda Zélio de Moraes, instituída em 2003 e ratificada em lei Municipal de 2012, como reconhecimento do trabalho social e religioso, às pessoas e/ou às instituições das religiões de matriz africana do município. Taiane Flores do Nascimento e Meri Bezzi (2014) analisam o crescimento das manifestações associadas às religiosidades de matriz africana no cotidiano da cidade de Santa Maria-RS. Segundo as autoras, apesar de não constarem no cronograma de festas da cidade, a Procissão Ogum/São Jorge bem, no dia 23 de abril e a Homenagem a Iemanjá, em 02 de fevereiro, como exemplos dessa dinamização cultural da cidade.

O espiritismo, como já dito, destaca-se no censo de 2010 como a terceira expressão religiosa da cidade de Santa Maria. O movimento espírita da cidade de Santa Maria vincula-se a doutrina elaborada por Allan Kardec, cujo plano teórico é recorrentemente associado ao paradoxo de se definir, ao mesmo tempo, científico, filosófico e religioso, características que permitiram ampla difusão em fins do século XIX e início do século XX na sociedade brasileira (WEBER, SCHERER, 2013).

Desse modo, Beatriz Weber e Bruno Scherer (2013) mencionam que as origens do espiritismo em Santa Maria remete à fundação da Sociedade Espírita Paz, Amor e Caridade na localidade de Água Boa, atual distrito de Arroio do Só, em 1903. Já a primeira instituição na sede do município ocorreu, em 1910, com a Sociedade Espírita Mont'alverne, seguida, em 1915, pela Sociedade Espírita Dr. Adolfo Bezerra de Menezes. Porém, o ano de 1921 é fundamental para a organização do espiritismo local, com a fundação da Aliança Espírita Santa-mariense, com o objetivo de coordenar as instituições existentes.

Weber e Scherer (2013) enfatizam ainda que a cidade de Santa Maria possui mais de 42 sociedades, organizadas e distribuídas entre duas entidades representativas: a já mencionada Aliança Espírita Santa-mariense e a União Municipal Espírita (20 sociedades filiadas), fundada em 1972. Além disso, a cidade possui outros grupos organizados que não estão filiados a nenhuma das sociedades representativas.

Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner (2018) debatem, no bojo das reformulações curriculares e do cenário de ascensão do conservadorismo do Brasil, o ensino de história a respeito da sua construção com referência na abordagem dos “temas sensíveis” e do “passado prático”. Sendo assim, conforme os autores, as problemáticas socialmente vivas se constituem, na contemporaneidade, em objetos privilegiados dos currículos de história conforme a constituição de 1988. Desse modo, o passado vivo reveste-se de contornos éticos e políticos a respeito da constituição do saber escolar. O instigante é todo o esforço teórico para pensar a construção do ensino de história em processo com as demandas do tempo presente.

Pereira e Seffner (2018) traduzem a angústia de tempos de ataques e de constrangimentos da autonomia docente e evidenciam uma proposta de educação em história, com ênfase nos direitos humanos na relação do passado no presente. Desse modo, diante da atual conjuntura de remodelação da presença religiosa na sociedade brasileira, buscamos trazer a temática religiosa como tema de estudo com o intuito de consolidar uma sociedade plural, inclusiva e democrática.

Ao evidenciar esses dados, procuramos situar o recorte heurístico da abordagem de como certas religiões foram criminalizadas diante da lógica de consolidação de ideais de civilidade, embelezamento e remodelação das cidades. Assim, sob noção de progresso, higienização e educação ergueram-se os dispositivos de controle das consideradas “classes perigosas” que ameaçavam a ordem e o progresso do discurso político, o que implicou no controle do corpo, na vigilância do Estado sobre as práticas de cura, sobre o barulho e sobre as crenças. Em nosso caso, o barulho de tambores, as rezas e a magia eram vistos como ameaças e alvos de ações policiais – pelo menos é o que nos dizem as fontes em questão. Passamos a pensar como essas histórias podem estar presentes na abordagem do ensino de história.

O que nos informa a imprensa: a perseguição religiosa como temática do ensino de história.

As construções impostas pelo passado e sua desconstrução envolvem a desconstrução do documento-monumento (LE GOFF, 1990). Logo, almeja-se despertar a autonomia do estudante e de habilidades em acordo com o previsto na Base Nacional Comum Curricular (2018), que traz como objetivo do ensino de história “elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito” (BNCC, 2018, p. 402). Sendo assim, a reflexão a partir das fontes históricas endossa a ideia de aproximação com o passado, em que “o verdadeiro potencial transformador da História é a oportunidade que ela oferece de praticar a “inclusão histórica” (PINSKY, 2009, p. 28).

Ao trazermos as fontes presentes no Jornal Diário do Interior, que circulou na cidade de Santa Maria como indiciárias da perseguição religiosa na cultura brasileira, reforçamos um ensino de história constituído por uma pluralidade de fontes e de linguagens. Por isso, ao destacarmos o uso das fontes, acreditamos a possibilidade do ensino de história que suscite a análise, a discussão e a problematização, percebendo a complexidade, ou seja, outras abordagens, outros personagens e o passado como processo, repleto de perguntas, indecisões e tensões. Obviamente, com o objetivo de analisar a criminalização das religiões mediúnicas e de cotejar a temática da perseguição religiosa e da intolerância religiosa.

Como já mencionado, segundo Paula Montero (2009), o cenário da república no Brasil seria marcado pela repressão médico-legal das práticas entendidas como ameaçadoras da moralidade pública⁶. Propomos, desse modo, a perspectiva dessa reflexão como forma de constituir o diálogo inter-religioso sob o viés da laicidade enquanto processo.

⁶ Para mais informações ver GIUMBELLI (1997) e ISAIA (2005)

A seguir, apresentamos a fonte jornalística que evidencia o jogo discursivo, em que reforça a construção do feiticeiro e do curandeiro. Em “Prisão do Feiticeiro”, de 7 de junho de 1933, do Jornal Diário do Interior da Cidade de Santa Maria, lemos que:

Na vizinha cidade de Cachoeira do Sul, foi preso o Curandeiro Feliciano Domingues que instalará ali um consultório com todo o aparelho necessário para iludir os incautos com os velhos processos de curar doenças do corpo e do espírito por meio de mandigas, orações e outras estratégias conhecidas. (DIÁRIO DO INTERIOR, 7/06/1933).

Para complementar tal problemática, o ponto a seguir seria refletir sobre a notícia intitulada “Os Batuques e o falso Espiritismo”, de 12 de outubro de 1931, que permite referenciar a temática na cidade de Santa Maria-RS. A notícia em questão traz a seguinte narrativa: “autoridades locais, na figura do senhor Coronel Valencio Coelho, foram acionadas, e constataram que o Senhor Antonio Carlos Coelho, residente no lugar denominado Potreiro da D. Filizzinha, realizava sessões espíritas, nas quais promovia “algazarra, que muito molestava a vizinhança” (DIÁRIO DO INTERIOR, 1931, p. 3).

Segundo a notícia, após intervenção policial, foram presas as seguintes pessoas, mantendo os termos da notícia: Antonio Carlos Coelho, Maria do Carmo Chaves, amásia do batuqueiro, Edith Costa, filha do mesmo, Martina Costa, cunhada do mesmo, Maria Luiza do Nascimento e Diamantina de Oliveira. A notícia ainda informou que compareceu uma mulher, esposa de Faustino de Oliveira, afirmando que o mesmo adquiriu paralisia nos braços, após assistir a uma sessão na casa de Antônio. A mesma notícia levanta juízos de valor sobre a sanidade mental de Edith e Martina, pois estas afirmam encarnar, respectivamente, os espíritos do Dr. João Pessoa, e do Dr. Aragão Bozano. Diante disso, as autoridades decidiram abrir uma cruzada contra os batuques e as casas que realizassem sessões espíritas e estas não estivessem filiadas ou autorizadas pela Aliança Espírita Santa-Mariense (DIÁRIO DO INTERIOR, 1931, p. 3).

Como sugere Paula Monteiro, questionamos como certas denominações religiosas ocupam espaços marginalizados e outras situam-se em espaços legítimos para tratar de assuntos de cunho social. Essa proposição delinea a laicidade enquanto campo de lutas, por isso, retomar o processo histórico de construção da laicidade, no Brasil, permite referenciar os desafios da construção cidadã em um Estado laico e o porquê dessa abordagem no ensino.

Portanto, as notícias potencializam a discussão sobre a perseguição e a intolerância religiosa no Brasil. O tratamento das fontes históricas, no espaço escolar, presume a afirmação do método da ciência histórica na construção do saber escolar. Assim, o planejamento de ensino presume a apresentação do conceito de fonte, a interrogação da mesma e a construção do raciocínio histórico. Assim, evidenciam-se os seguintes passos no tratamento da notícia: quem escreveu a notícia, qual o posicionamento e como se relacionam com o pensamento da época?

Nesse horizonte, como problemática central, temos como a noção de feiticeiro, macumbeiro e o juízo sobre certas práticas religiosas aparecem nas fontes selecionadas. Diante disso, sugerimos as seguintes questões para nortear o uso de documentos que tratam da perseguição religiosa em Santa Maria, Rio Grande

do Sul, na década de 1930: Você sabe o que é intolerância? Você percebe a perseguição na atualidade? Quais palavras do texto você não conhecia? Quais pontos das notícias chamaram a sua atenção? Por que há um espiritismo falso? O que significava o feiticeiro e o charlatão? Qual a importância da Aliança Espírita Santa-mariense?

Desse modo, destaca-se o discurso do jornal como “empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2005, p.140). No caso, o Jornal Diário do Interior foi criado em 1911, sendo de propriedade do anglicano Alfredo Rodrigues da Costa. O jornal não tinha vinculação partidária, buscava reforçar a modernidade da cidade de Santa Maria, e deixou de circular em 1939 (BORIN, 2010).

Outra questão interessante é debater sobre a intervenção policial, bem como a noção de criminalização das práticas consideradas atentatórias à segurança, à saúde e à ordem pública. Desse modo, mostra-se oportuno pensar sobre a cultura religiosa brasileira e sua formação histórica sobre o ponto de que a laicidade, no Brasil, decorreu de processo de disputas. Ainda, mostra-se oportuno destacar que o aumento das denúncias de casos de intolerância religiosa, nos últimos anos, suscita o debate e as ações de combate à intolerância religiosa. Marcelo Andrade (2007, 2014, p. 2) enfatiza que as demandas de nosso tempo colocam “uma educação para a tolerância como imperativo”.

A diversidade religiosa e a intolerância religiosa convergem para temas sensíveis na aula de história. Obviamente, tal abordagem é tomada de insegurança; Por isso, mostra-se importante refletir sobre o conceito de tolerância. Menezes (1996, p. 41) situa que o termo tolerância é tributário do pensamento iluminista. Tal elaboração tem Locke como o pioneiro ao tratar do conceito “Cartas sobre a tolerância” no cenário de disputas entre protestantes e católicos (MENEZES, 1996; SOUZA, 2014).

Desse modo, Menezes (1996, p. 8) enfatiza que “a intolerância não rejeita só as opiniões alheias, mas também sua existência, ou ao menos o que faz o que valha a pena viver: a dignidade e a liberdade da pessoa”. A intolerância religiosa institui a guerra, o combate de sua expressão, pois violência “a grupos que sustentam um estigma, um suposto sinal vergonhoso e socialmente rejeitado” (SOUZA, 2014, p. 5).

O combate à intolerância passa a ser o fio condutor das vivências culturais religiosas, reconhecendo o pluralismo e a diversidade como um bem simbólico da experiência humana construído historicamente. Defendemos assim, o trabalho com as fontes como forma potencializar o diálogo e a análise histórica no sentido problematizar as violações do direito à liberdade religiosa. As fontes também sugerem a possibilidade de múltiplas interpretações, sinalizando o potencial da democratização do conhecimento e do desenvolvimento do pensamento crítico com referência no método da pesquisa histórica.

Com este objetivo, as fontes do impresso viabilizam o encontro com visões do passado, podendo despertar o questionamento, a percepção dos conceitos e o encontro com a diferença. Portanto, as aulas de história podem proporcionar a interação e o desafio de compreender o outro. A escrita assume uma dimensão criativa, e a articulação passado-presente como fundamento para romper o tempo cronológico e linear, já que a “escrita da narrativa histórica se torna não apenas a descrição de um passado distante, frio e

disciplinado, mas uma obra de arte que criamos desde o presente, pensando em novas possibilidades de futuro” (PEREIRA, CHEPP, 2018, p. 17).

Por fim, como afirma Mauro Dillmann (2018), o ensino de história alinha-se à “compreensão de outras possibilidades de ser religioso, de manifestar a fé, de viver experiências de crença, o respeito ao que não crê”, sendo significativo a partir das fontes destacadas neste trabalho sobre como a instituição da liberdade religiosa no Brasil foi marcada por tensões e violências e o quanto a compreensão do que é religião foi tomada de disputas.

Considerações finais

Pensamos ser oportuno reafirmar a escola como espaço do diálogo, capaz de criar outras narrativas, novas percepções e leituras sobre os desafios que circundam as questões religiosas na sociedade brasileira. As fontes históricas somam-se a esse debate importante em torno da construção de uma cultura laica, afastando-se do proselitismo, e, sobretudo, suscitam para a descoberta da diferença e do reconhecimento de outros credos em suas particularidades e expressão.

Procuramos, com base na abordagem da temática religiosa, afirmar a potencialidade de mobilização do ensino de história para o questionamento e a descoberta sobre as diferentes manifestações religiosas considerando o complexo quadro religioso brasileiro. Um ensino voltado para desafiar os estudantes e as estudantes a ampliar seus horizontes, e experiências sociais, relativizando as verdades inquestionáveis.

Por isso, ao trazermos a proposta sobre o discurso de intolerância religiosa, delineamos a sociedade brasileira delimitada pela exclusão e pela violência simbólica. Dessa forma, ressaltamos a necessidade da educação histórica que reconhece a diversidade de ritos, de crenças, de simbologias, e de atitudes diante da experiência religiosa. Considerando o contexto atual, a presença de estudos das religiões e religiosidades, em sala de aula, tanto desestabiliza os discursos universais, quanto questiona certos estereótipos e discursos de ódio sobre diferentes grupos religiosos.

Sendo assim, ao enfatizarmos a proposta de ensino de história para o reconhecimento das experiências religiosas do outro, destacamos o exercício voltado para a alteridade, para o enfrentamento dos dilemas atuais. Trata-se de uma perspectiva incisiva, atravessada por tensões e desafios da cultura escolar, orientada pelo viés cristão. Sendo assim, como sugere Eliane Moura (2004), assumir a tolerância como atitude política representa a afirmação da dignidade humana, simbolizando o enfrentamento de preconceitos e discriminações e a afirmação de valores, como a diversidade de crenças, para a construção de uma sociedade e de uma escola democrática, plural e inclusiva.

Referências

AMORIM, Pedro Paulo. **As tensões no Campo Espírita Brasileiro em tempos de afirmação (primeira metade do século XX)**. Florianópolis: Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 8/05/2020.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BORIN, Marta Rosa. **Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da república**. São Leopoldo: Tese (Doutorado em Estudos Históricos e Latino-Americanos), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

CAIMI, Flávia. E. Fontes Históricas na sala de aula: uma possibilidade e produção do conhecimento histórico escolar? **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008. Disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7963> . Acesso em: 12/05/2020.

CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Desafios teóricos e epistemológicos na pesquisa em educação histórica. **Antíteses**, v. 5, n. 10, p. 509-518, jul/dez. 2012. Disponível em:

<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/14501>. Acesso em: 15/05/2021.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

COSTA, Flamarion Laba. **Demônios e anjos: o embate entre espíritas e católicos na República Brasileira até a década de 60 do século XX**. Curitiba: Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, 2001.

DAYRELL, Juarez T. A escola como espaço sócio-cultural. In: Dayrell, J. (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996, p.136-161.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 19-34, dez. 2013. Disponível:

<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/90>

DIÁRIO do Interior. Os batuques e o falso espiritismo. **Diário do Interior**, Santa Maria, 12 out. 1931, p.3.

DIÁRIO do Interior. Prisão de Feiticeiro. **Diário do Interior**, Santa Maria, 7 jun. 1933, p.3.

DILLMANN, Mauro. Abordagens possíveis do ser religioso, do manifestar a fé e do viver experiências de crença: religiões e religiosidades a partir da história ensinada. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 221 – 246, abr/jun. 2018. Disponível em:

<http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242018221/8526>. Acesso em 9/02/2021.

GEERTZ, Clifford James. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008.

GIL, Carmem Zeli Vargas; SEFFNER, Fernando. Dois Monólogos Não Fazem um Diálogo: jovens e ensino médio. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 175-192, jan/mar. 2016. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/55947> . Acesso em: 8/07/2021.

GIUMBELLI, Emerson. A. Heresia, doença, crime ou religião: o espiritismo no discurso de médicos e cientistas sociais. **Revista de Antropologia** (USP), São Paulo, v. 40, n. 2, p. 31-82, dez. 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/85TcwLwkbyhZGbLTZ7ydfMb/?lang=pt>. Acesso em: 15/10/2021.

GIUMBELLI, Emerson. A. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/Qsh6vSD3yFVTK9dZBfHfLyF/?lang=pt> . Acesso em: 15/10/2021

ISAIA, Artur Cesar. O catolicismo pré-conciliar brasileiro e as religiões mediúnicas: a recorrência ao saber médico-psiquiátrico. **Revista de História das Ideias (Coimbra)**, Coimbra, v. 26, p. 599-622, 2005.

ISAIA, Artur Cesar. O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, Ano 1, n. 3, p. 95-105, jan. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/26675> . Acesso em: 05/06/2021.

LEE, Peter. Em direção a um conceito de literacia histórica. *Educar em Revista*, Curitiba, Especial, p. 131-150, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5543/4057>. Acesso em: 25/06/2021.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n.1, p.9-44, jun. 2001. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/39195>. Acesso em 01/10/2021.

LEISTNER, Rodrigo Marques. Identidades Afro-Religiosas no sul do Brasil: novos formatos associativos e modalidades alternativas de atuação política no contexto das religiões afro-Gaúchas. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 4, n. 11, p. 103-134, set. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30402>. Acesso em: 2/07/2021.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MENEZES, Paulo. Filosofia e Tolerância. **Revista Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, UNICAP – PE, v. 23, n. 72, p. 5-11, jan./jun 1996. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1081>. Acesso em: 24/06/2021.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. Aulas de História: questões do / no tempo presente. **Educar Revista**, Curitiba, v. 31, n. 58, pág. 165-182, dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/42380/27002>; Acesso em: 04/03/2021.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil.

Etnográfica, Lisboa, v. 13, n. 1, p. 07-16, maio. 2009. Disponível em

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65612009000100002&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 30/06/2021.

NASCIMENTO, Taiane Flores; BEZZI, Meri Lourdes. Manifestações culturais: a religião umbanda em Santa Maria/RS/Brasil. **OKARA: Geografia em Debate** (UFPB), João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 33-42, jan/jun. 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/19935667-Manifestacoes-culturais-a-religiao-umbanda-em-santa-maria-rs-brasil.html> . Acesso em: 25/06/ 2021.

NÚMERO de católicos cai quase 7% no RS em uma década, segundo IBGE. **G1**, 29. Jun. 2012.

Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/06/numero-de-catolicos-cai-quase-7-no-rs-em-uma-decada-segundo-ibge.html> . Acesso em: 28 Jul. 2020.

ORO, Ari Pedro. Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: passado e presente. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, Ano 24, n. 2, p. 345-384, 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/MHgZxZM6Nw5qzMqZHyy7dQg/?lang=pt>. Acesso em: 15/06/2021.

ORO, Ari Pedro. O atual campo afro-religioso gaúcho. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 12, n. 3, p. 556-565, set/dez. 2012. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/issue/view/636>. Acesso em: 23/06/2021.

PENNA, Fernando. **Ensino de história**: operação historiográfica escolar. 2013. Rio Tese de Janeiro. (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRA, NiltonMulle; CHEPP, Bruno. Ler e escrever nas aulas de história: da prisão da palavra ao labirinto exterior. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 15, nº 1, p. 1-18, jun. 2018. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/444>. Acesso em: 1/10/2021.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p.113-128, dez. 2008. Disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/7961>. Acesso em: 12/01/2021.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 14-33, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://rhbj.anpuh.org/RHHJ/article/view/427/275>. Acesso em: 20/06/2021.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. O que e como ensinar. Por uma História prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 5º Ed, São Paulo: Contexto, 2009, p. 17-48.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: SCHIMIDT, Maria. A; BARCA, Isabel.; MARTINS, Estevão. R. (Orgs.) **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2010, p. 51-78.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene Rosa. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2009.

SILVA, Eliane Moura. **Estudos de religião para um novo milênio**. In: KARNAL, Leandro. (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 4ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 205-215.

SILVA, Eliane Moura. **Religião, Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e educação para a cidadania**. **REVER (PUCSP)**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 1-14, 2004. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/t_silva.htm. Acesso em: 1/09/2021.

SILVA, Joice Viviane. **Intolerância religiosa e teatro no ensino de história**. Curitiba: Dissertação (Mestrado em Ensino de História), Universidade Federal do Paraná, 2018.

SOUZA, Marcelo Gustavo Andrade de. **Educar para/na tolerância: os desafios da ética de mínimos**. **Atualidade Teológica (PUCRJ)**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 1-9, jun. 2014. Disponível: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=23101@1>. Acesso em 1/07/2021.

VIÑAO-FRAGO, Antônio. **Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões**. In: VIÑAO FRAGO, Alfredo; ESCOLANO, Autín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 59-139.

WEBER, Beatriz. T.; SCHERER, Bruno. C. **Opções de intervenção social do Espiritismo: o Lar de Joaquina (Santa Maria – RS)**. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, Ano. 5, n. 13, maio. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30254>. Acesso em: 28/06/2021.

Sites Consultados

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-maria/panorama>. Acesso em 10 jul. 2021.
Submetido: XX/XX/XXXX

Submetido: 17/07/2021

Aceito: 20/10/2021